

TODOS FALAM, NINGUÉM OUVI: AS FONTES DO G1 NA COBERTURA DAS ENCHENTES DE 2022 NO TOCANTINS

*Vilma Oliveira do Nascimento
Ingrid Pereira de Assis*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo principal investigar o enquadramento priorizado em 89 reportagens produzidas pelo G1 Tocantins, acerca das enchentes de 2021/2022, a partir das manchetes de tais publicações. Para isso, aciona enquanto metodologia a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), de viés quanti-quali. O estudo examina os enquadramentos narrativos adotados e a representatividade dos indígenas nas manchetes de tais reportagens. Os resultados revelam que apenas 4% dos títulos das matérias analisadas fazem menção aos povos indígenas, os quais são retratados, exclusivamente, na condição de vítimas, sem reconhecimento de sua expertise ancestral ou protagonismo discursivo. A pesquisa problematiza essa invisibilização no jornalismo, evidenciando a reprodução de dinâmicas coloniais, que marginalizam saberes não hegemônicos. Diante desse cenário, o estudo reforça a necessidade de um jornalismo mais inclusivo e comprometido com perspectivas decoloniais, que reconheçam e valorizem vozes indígenas como fundamentais na construção de narrativas sobre desastres ambientais e políticas públicas.

Palavras-chave: Análise de Conteúdo. Racismo. Indígenas. Webjornalismo.

EVERYONE SPEAKS, NO ONE LISTENS: THE SOURCES BY G1 IN THE COVERAGE OF THE 2022 FLOODS IN TOCANTINS

Abstract: This article investigates the journalistic coverage of the G1 Tocantins portal on the 2021/2022 floods, with an emphasis on the sources cited in the reports. Based on the Content Analysis proposed by Bardin (2011), the study examines the narrative framings adopted and the representation of Indigenous voices in media discourse. The results reveal that only 4% of the analyzed headlines mention Indigenous peoples, who are exclusively portrayed as victims, without recognition of their ancestral expertise or discursive protagonism. The research problematizes this invisibilization in journalism, highlighting the reproduction of colonial dynamics that marginalize non-hegemonic knowledge. In light of this scenario, the study reinforces the need for more inclusive journalism committed to decolonial perspectives, recognizing and valuing Indigenous voices as fundamental in shaping narratives on environmental disasters and public policies.

Keywords: Content Analysis. Racism. Indigenous. Web Journalism.

TODOS HABLAN, NADIE ESCUCHA: LAS FUENTES DE EL G1 EN LA COBERTURA DE LAS INUNDACIONES DE 2022 EN TOCANTINS

Resumen: Este artículo investiga la cobertura periodística del portal G1 Tocantins sobre las inundaciones de 2021/2022, con énfasis en las fuentes citadas en los reportajes. Basado en el Análisis de Contenido por Bardin (2011), el estudio examina los encuadres narrativos adoptados y la representación de las voces indígenas en el discurso mediático. Los resultados revelan que solo el 4% de los titulares analizados mencionan a los pueblos indígenas, quienes son retratados exclusivamente como víctimas, sin reconocimiento de su conocimiento ancestral ni protagonismo discursivo. La investigación problematiza esta invisibilización en el periodismo, evidenciando la reproducción de dinámicas coloniales que marginan saberes no hegemónicos. Ante este escenario, el estudio refuerza la necesidad de un periodismo más comprometido con perspectivas decoloniales, que reconozcan y valoren las voces indígenas como fundamentales en la construcción de narrativas sobre desastres ambientales y políticas públicas.

Palabras-clave: Análisis de contenido. Racismo. Indígenas. Periodismo digital.



1. INTRODUÇÃO

Enquanto os não indígenas precisam de calendário para marcar a colheita, a natureza fala conosco, ela dá sinais. Ela está falando a todo momento, mas só quem está preparado consegue ouvir. Quando me perguntam "Como é estar preparado para ouvir a voz da natureza?", respondo que, "se esperar que a natureza fale bom dia ou boa noite, não vai ouvir nunca", mas a floração de ipê indica a chegada de chuva, que para nós é época de queimar roça, e as borboletas amarelas voando são sinal de que chegou o fim da chuva e de que vai secar (Ikpeng, 2023, p. 281).

O jornalismo exerce um papel crucial na reprodução das dinâmicas de poder, na formação da opinião pública e na construção de narrativas sociais. Como aponta Bourdieu (1997), ao analisar o papel da televisão (e do jornalismo televisivo), mas cujas apreensões podem ser estendidas aos outros meios, há nele um manifesto poder simbólico: o de fazer ver e fazer crer.

Com o avanço da tecnologia, a presença em diversos meios, suportes e plataformas amplia sua influência no cotidiano. O webjornalismo, ao transcender as limitações anteriormente impostas pelas grades fixas de rádio e televisão, consolida-se como ator central na mediação de significados e percepções sociais. Questões relevantes, como a preservação ambiental e os impactos, cada vez mais visíveis da ação humana, muitas vezes, rotulados de "desastres naturais", tornam-se objeto de interpretações e sentidos moldados pela atuação midiática nesse cenário interconectado.

O webjornalismo contemporâneo enfrenta o desafio de mediar informações em contextos de crise, como desastres ou crimes ambientais, enquanto opera sob pressões que frequentemente favorecem fontes institucionais e sociais dominantes. Essa lógica limita a inclusão de contra-narrativas e perspectivas alternativas. Segundo Moraes (2007, p. 105), os jornalistas atuam como "agentes históricos essenciais no direcionamento da opinião pública, interferindo nos processos de conservação ou modificação das

formas de hegemonia político-culturais”. Sob influência de Gramsci, Hall et al. (1978) reforçam que as narrativas consensuais nos media criam a ilusão de uma sociedade homogênea e sem conflitos, contribuindo para a manutenção da hegemonia.

Essas dinâmicas estruturais reforçam o que Hall *et al.* (1999, p. 229) denominam “hierarquia de credibilidade”, na qual fontes institucionalizadas desfrutam de maior legitimidade nos processos de noticiabilidade. Em contraponto, narrativas locais ou originárias, como as de povos indígenas, raramente ganham espaço significativo. Para Ailton Krenak (2019, p. 12), essa exclusão reflete a supressão de pluralidades: “Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos”. Essa negligência contribui para apagar saberes alternativos, como as relações sagradas entre comunidades e territórios, descritas por Krenak (2019) como heranças espirituais que conectam os povos à terra.

Ao priorizar narrativas homogêneas e globais, o webjornalismo deixa de reconhecer os significados culturais e espirituais atribuídos aos desastres naturais por comunidades locais. Assim, constrói-se um “pacote narrativo” que favorece uma visão utilitarista do mundo, e desconsidera a possibilidade de múltiplas interpretações sobre os acontecimentos. Krenak (2019, p. 33) sintetiza isso em uma pergunta: “Que mundo e que serviço de delivery você está pedindo?”.

Esses autores indígenas, ao proporem epistemologias ancoradas em outras formas de relação com o mundo, confrontam a racionalidade ocidental moderna que, historicamente, orientou a prática jornalística. Como observa Lima (2022, p. 84-85), a decolonialidade demanda a superação da “arrogância” presente em um jornalismo que separa sujeitos e objetos. Assim, reforça hierarquias coloniais sobre quem pode falar, pensar e quem permanece restrito ao lugar de objeto do discurso. Ao trazer à tona tais

reflexões, abre-se a possibilidade de conectar mundos simbólicos alternativos, nos quais o jornalismo também pode se repensar e reinventar.

Entre 22 de dezembro de 2021 e 31 de janeiro de 2022, o portal G1 Tocantins fez uma intensa cobertura das enchentes que atingiram cidades às margens do Rio Tocantins. O grande volume provocou a maior cheia do Rio Tocantins dos últimos 20 anos. Comunidades ficaram ilhadas, propriedades foram submersas e, no dia 5 de janeiro de 2022, o governo estadual decretou situação de emergência por causa das enchentes.

O número de pessoas desabrigadas ou desalojadas passou de três mil, conforme os boletins da Defesa Civil Estadual. As cidades mais atingidas foram: Araguaia, Formoso do Araguaia, Tocantínia, Itaguatins, São Miguel, Rio dos Bois, Pedro Afonso, Dois Irmãos, Esperantina, Miranorte, Paranã, Tupirama, Tupiratins, Palmeirante, Bom Jesus, São Sebastião e Sampaio.

Nesse contexto, indígenas também foram impactados pelas enchentes. Em Tocantínia, lavouras foram alagadas e mais da metade das plantações das famílias da aldeia Bela Vista foram destruídas. Indígenas chegaram a sair das aldeias e ficaram acampados em regiões de mata distantes do rio.

Considerando tais aspectos, este artigo tem como objetivo principal investigar o enquadramento priorizado nas 89 reportagens produzidas pelo G1 Tocantins, no período supracitado, acerca das enchentes, a partir das manchetes dessas publicações. Para isso, aciona enquanto metodologia a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), de viés quanti-quali. A manchete é importante pois “indica a informação de maior destaque” (Nascimento, 2009,

p. 128) de dada notícia. Sendo assim, será possível identificar quais são as personagens alçadas ao destaque por essa cobertura, por meio dos títulos.

Busca-se, assim, contribuir com reflexões decoloniais acerca dessas coberturas, que frequentemente secundarizam os povos originários, nos enquadramentos das reportagens.

2. FONTES E ENQUADRAMENTOS NO WEBJORNALISMO

Os estudos sobre enquadramento oferecem uma base teórica robusta para compreender os processos de construção de narrativas no webjornalismo, especialmente em temas sensíveis, como desastres naturais e questões ambientais. O sociólogo Erving Goffman (1986) relaciona o conceito de enquadramento às regras que orientam os eventos sociais e ao envolvimento dos indivíduos nesses contextos, tornando-o uma ferramenta poderosa para analisar como a mídia organiza e interpreta as informações.

Na comunicação, autores como Gaye Tuchman (1978) e Robert Entman (1993) trazem contribuições fundamentais para entender o papel do enquadramento na construção da realidade jornalística. Tuchman (1978, p. 215) afirma que as notícias não apenas relatam fatos, mas também moldam a percepção da realidade cotidiana, sendo um “recurso social cuja construção limita um entendimento analítico da vida contemporânea”. Esse processo é especialmente relevante ao abordar crimes ambientais, frequentemente retratados como eventos isolados, sem conexões com a ação humana ou com legados históricos de exploração ambiental. Entman (1993, p. 52), por sua vez, sugere que:

Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e salientá-la em um texto de comunicação, de forma a promover uma definição de

problema particular, interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento.

No contexto das enchentes de 2022 no Tocantins, por exemplo, os enquadramentos jornalísticos podem influenciar a compreensão pública ao privilegiar narrativas institucionais ou técnicas, enquanto negligenciam vozes locais ou explicações estruturais, que conectem os eventos às questões ambientais mais amplas.

Dietram Scheufele (1999) acrescenta uma perspectiva importante ao propor uma análise multinível do enquadramento, diferenciando entre os enquadramentos midiáticos e os individuais, além de investigar variáveis dependentes e independentes que moldam a construção desses enquadramentos.

No contexto brasileiro, Mauro Porto (2002) contribui ao diferenciar enquadramentos noticiosos, que organizam o relato jornalístico, e enquadramentos interpretativos, que promovem avaliações específicas de temas. Aplicada à cobertura das enchentes, essa distinção ajuda a entender como os jornalistas constroem as narrativas predominantes e quais vozes são priorizadas ou excluídas.

Embora haja desafios metodológicos, como apontam Matthes e Kohring (2008), a teoria do enquadramento oferece uma base sólida para analisar como o webjornalismo molda percepções sobre crimes ambientais.

Sendo assim, esta pesquisa escolheu o site G1 Tocantins pela sua relevância no contexto local, destacando-se entre os portais com maior audiência na região, o último levantamento feito pela coordenação do site, em 2023,

apontou que, nos últimos dez anos, foi registrada uma média de 4 milhões de acessos por mês¹.

Frisa-se, ainda, que uma das autoras do artigo é editora do site, tendo participado diretamente da cobertura aqui analisada. O lugar ocupado como jornalista que integrou a produção de parte do material impõe a necessidade de uma postura reflexiva, reconhecendo que a posição de pesquisadora não se dissocia totalmente da prática profissional. Essa relação oferece acesso privilegiado ao conteúdo e às escolhas editoriais que marcaram a cobertura, mas exige um olhar criterioso e vigilante sobre o fazer científico, para que os resultados narrados neste artigo não se restrinjam a uma narrativa pessoal.

Parte-se da percepção de que, sim, a subjetividade do pesquisador ancora a pesquisa em sua “experiência integral (...) sua apreensão pessoal do mundo, seus sentimentos, suas intuições, seus valores” (Laperrière, 2010, p. 414). É por entender o peso de tal subjetividade, que, metodologicamente, faz-se importante evidenciá-la aqui, para o leitor deste artigo, sendo tal assunção parte do tratamento analítico rigoroso autoimposto. Casados a isto, estão, também, os referenciais teóricos e demais procedimentos sistemáticos da Análise de Conteúdo.

2.1 Vozes silenciadas

No fazer diário, o jornalismo recorre às fontes para apurar as informações e trazer perspectivas acerca de um assunto, por meio de entrevistas ou dados coletados. Para Gans (1980), as fontes influenciam fortemente na condução que os jornalistas darão ao texto. Hall *et al.* (1978) classificam tais fontes como “definidores primários”, dado o poder definidor que elas têm quanto ao enquadramento do texto jornalístico.

Apesar de tais esforços classificatórios acerca das fontes por parte de vários pesquisadores, Schmitz (2011, p. 19) ressalta que “observa-se uma frágil e

desestruturada tipificação, com denominações desconexas, equivocadas, sobrepostas ou incompletas” e completa, ponderando que “os manuais dos principais jornais brasileiros tratam as fontes com total desprezo”.

As manchetes, por trazerem a síntese do assunto e o que os jornalistas pinçam como mais importante, são um balizador do enquadramento escolhido para tal produção jornalística, seja pela escolha de alguns termos ou por trazer uma fonte específica em destaque, o que é o enfoque da análise deste artigo. Como bem aponta Bourdieu (1997, p. 26, grifos do autor): “Os jornalistas, *grosso modo*, interessam-se pelo excepcional, pelo que é excepcional *para eles*”.

Historicamente, o jornalismo, em coberturas ambientais, deixa de lado uma grande fonte de conhecimento, que poderia trazer para a discussão pública acerca de tais assuntos uma perspectiva contra-hegemônica importante: a comunidade indígena. Para Bueno (2007, p. 37):

[...] o Jornalismo Ambiental tem priorizado (ou, o que é mais dramático, se reduzido a) fontes que dispõem de currículo acadêmico, produtores de conhecimento especializado e que, muitas vezes têm, por viés do olhar ou em muitos casos por má índole, se tornado cúmplices de corporações multinacionais que pregam o monopólio das sementes ou fazem a apologia dos insumos químicos ou agrotóxicos, cinicamente chamados de defensivos agrícolas.

Bueno (2007) reforça que, em virtude de injustiças sociais, o povo da floresta, o agricultor familiar e o cidadão da rua, muitas vezes, não aparecem com o devido destaque nessas coberturas ambientais. Krenak (2019) destaca que os povos originários possuem uma relação simbiótica com a terra, que transcende a visão utilitarista e globalizante do mundo moderno, por isso, suas perspectivas seriam fundamentais para uma cobertura jornalística de qualidade.

O nome krenak é constituído por dois termos: um é a primeira partícula, kre, que significa cabeça, a outra,

nak, significa terra. Krenak é a herança que recebemos dos nossos antepassados, das nossas memórias de origem, que nos identifica como “cabeça da terra”, como uma humanidade que não consegue se conceber sem essa conexão, sem essa profunda comunhão com a terra. (Krenak, 2019, p. 48).

Essa conexão profunda entre território, identidade e espiritualidade, característica das comunidades indígenas, raramente encontra espaço nas narrativas jornalísticas sobre desastres naturais. Em vez disso, as reportagens tendem a reforçar uma visão tecnicista e homogênea, que desumaniza os eventos e ignora os significados culturais atribuídos a eles.

Como Krenak (2019, p. 10) observa, essas narrativas globais “querem contar a mesma história para a gente”, apagando a riqueza das múltiplas perspectivas que poderiam ampliar a compreensão dos desastres/crimes ambientais.

Malcom Ferdinand (2023) ressalta a indissociabilidade entre a crise ecológica e os legados do colonialismo, destacando que a separação entre os movimentos ambientais e pós-coloniais compromete uma análise integral das desigualdades estruturais que sustentam a destruição ambiental. Essa perspectiva, que ele chamou de “fratura colonial”, é essencial para compreender como o jornalismo, ao priorizar dados técnicos e narrativas institucionais, muitas vezes, reproduz essa cisão, deixando de abordar os aspectos históricos e sociais, que conectam as questões ecológicas às desigualdades coloniais.

Ferdinand (2023) evidencia que o colonialismo não deve ser compreendido apenas como um processo histórico datado, mas como uma estrutura persistente de organização das relações sociais, culturais e econômicas em escala global. Essa fratura estabelece uma divisão binária entre colonizadores e colonizados, fundamentada em marcadores como raça, religião, território, poder político e posição geopolítica. Assim, é construída

uma hierarquia universal de valores que naturaliza desigualdades e legitima processos de dominação.

Da mesma forma, essa fratura homogeneiza os colonizadores, reduzindo-os à experiência de um homem Branco, ao mesmo tempo que reduz a experiência dos colonizados à de um homem racializado. Ao longo da complexa história do colonialismo, essa linha foi contestada por ambos os lados e assumiu diferentes formas. Entretanto, ela perdura ainda hoje, reforçada pelos mercados liberais e pela economia capitalista. (Ferdinand, 2023, p. 26).

As mudanças ambientais são percebidas de maneira profunda e integradora por comunidades indígenas, cujas observações apontam para transformações alarmantes nos ecossistemas e nos ciclos naturais. Como mencionado por Oreme Ikpeng (2023, p. 281):

Foi em 2002 que as lideranças, os caciques e a comunidade xinguana começaram a perceber as mudanças dos sinais, no clima, no ciclo das chuvas, na umidade cada vez menor, na vazão prolongada e nas novas praias que apareciam no rio, na cor da água que foi de transparente para turva. Antes eram seis meses de seca, mas agora são oito meses de seca e quatro de chuva. E toda a comunidade percebeu também o aparecimento de doenças que não havia antes.

Esse relato evidencia não apenas a centralidade da relação entre os povos originários e a natureza, mas também, o impacto direto das ações humanas no ambiente, que o jornalismo frequentemente rotula como “desastres naturais”, desconsiderando a intencionalidade e os legados históricos que desencadeiam tais fenômenos. Além disso, as narrativas indígenas apresentam uma visão profundamente respeitosa da vida, mesmo em suas formas mais sutis, questionando práticas tradicionais da modernidade que veem o meio ambiente como objeto de controle.

Se uma semente está com caruncho, temos que respeitar aquele caruncho, porque ele é o dono, em vez de ficar passando veneno. O que para os brancos é praga, para nós é o espírito dono. A gente nasce,

vive, envelhece e morre. A árvore também nasce, dá fruta, envelhece e morre (Ikpeng, 2023, p. 280).

A discussão sobre a crise ecológica, frequentemente ignora os legados do colonialismo, perpetuando um apagamento sistemático das histórias e contribuições dos povos não brancos. Nessa invisibilização, narrativas ocidentais da crise ambiental negligenciam os impactos históricos da colonização, da escravidão e do racismo estrutural, como aponta Ferdinand (2023). Tal perspectiva não apenas reforça desigualdades, mas também, sustenta uma arrogância colonial, que silencia as vozes dos povos originários, reduzindo-os a objetos de análise.

Nesse contexto, emerge a crítica ao universalismo ocidental, que se apresenta como “salvador” da humanidade, enquanto perpetua as estruturas de exploração que deram origem à própria crise ecológica.

Dessa invisibilização decorre, segundo Kathryn Yusoff, um “Antropoceno Branco”, cuja geologia apaga as histórias dos não Brancos, um imaginário ocidental da “crise ecológica” que apaga o fato colonial. Persiste também uma arrogância colonial por parte dos atuais “colapsólogos”, que falam de um novo colapso ao mesmo tempo que ocultam os vínculos com as colonizações modernas, as escravidões e os racismos, o genocídio dos povos autóctones e a destruição de seus meios. (Ferdinand, 2023, p. 17).

Esse debate desafia o jornalismo a reavaliar sua abordagem, especialmente na cobertura de desastres ambientais, para reconhecer os vínculos entre os desafios ecológicos contemporâneos e os legados históricos desses povos. Essas contranarrativas apontam para a necessidade de adotar abordagens mais inclusivas e decoloniais, que valorizem saberes locais e reconheçam a complexidade dos fenômenos ambientais para além de suas manifestações imediatas. A ausência dessas perspectivas nas reportagens consolida a visão hegemônica de uma crise ecológica desvinculada dos fatores históricos

e sociais, subestimando a sabedoria e as alternativas propostas pelos povos que mais convivem com os impactos dessas mudanças.

Habitar com as diferenças é essencial para a prática comunicacional. As noções de fóruns cosmopolíticos e diálogos interepistêmicos destacam práticas de resistência contra-coloniais (Santos, 2015), que rompem com formas autoritárias e sobrepostas de poder, incluindo aquelas oriundas da ciência tradicional.

Essas rupturas não apenas desafiam os regimes de conhecimento e visibilidade predominantes, mas, também, oferecem caminhos decoloniais para instituições como a mídia, ao propor novas formas de comunicação que valorizem saberes locais e contra-hegemônicos.

Assim, o webjornalismo tem a oportunidade de romper com enquadramentos limitantes, dando visibilidade a saberes que desafiam a hegemonia e promovem práticas comunicacionais que valorizam a pluralidade e a resistência.

3. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa se baseiam na Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin (2011), de viés quanti-quali, para a investigação dos enquadramentos e vozes evidenciadas nas manchetes das reportagens. A opção por essa abordagem decorre da necessidade de identificar padrões e compreender a organização das informações textuais.

O *corpus* desta pesquisa é composto por 89 reportagens publicadas no portal G1 Tocantins sobre as enchentes de 2021 e 2022. A seleção foi realizada por meio de busca no acervo digital do portal, olhando no menu “Últimas Notícias”, as reportagens publicadas dentro do período de 22 de dezembro

de 2021 a 31 de janeiro de 2022. A delimitação do período levou em consideração os dias em que a cobertura foi mais intensa. Para garantir a relevância, foram incluídas apenas as matérias sobre as enchentes.

A Análise de Conteúdo de Bardin (2011) foi escolhida por permitir uma investigação sistemática e objetiva das mensagens, para identificar e interpretar as informações presentes nos títulos jornalísticos. Este método oferece flexibilidade para integrar abordagens quantitativa e qualitativa, sendo particularmente eficaz para estudar narrativas e vozes no webjornalismo.

Na pré-análise do *corpus*, foram estabelecidas as categorias aplicadas. Elas focam nos conceitos de fontes apresentados por Schmitz (2011), que busca estabelecer uma taxonomia abrangente para entender a natureza multifacetada das fontes e sua influência no jornalismo.

Sendo assim, cabe listar e explicar dois conceitos, abordados pelo autor, que, nesta pesquisa, são utilizados enquanto categorias:

- a) **Fonte oficial:** Refere-se a alguém em função ou cargo público que se pronuncia por órgãos mantidos pelo Estado e preserva os poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário), bem como organizações agregadas (juntas comerciais, cartórios de ofício, companhias públicas etc.).
- b) **Fonte individual:** representa a si mesma. Pode ser uma pessoa comum, uma personalidade política, cultural, artística ou um

profissional liberal, desde que não fale por uma organização ou grupo social.

A partir de tais categorias, foram sistematizadas as seguintes classificações para a notícias coletadas no *corpus*:

- Manchetes com fonte oficial: identificação e classificação das fontes citadas, como autoridades, especialistas e órgãos governamentais.
- Manchetes com vítimas não-indígenas: identificação do foco da reportagem em vítimas, sem citar fontes oficiais ou indígenas.
- Manchetes com povos indígenas: identificação de padrões narrativos que citam os povos indígenas.
- Manchetes que citam o problema: nenhuma fonte é citada, apenas a situação é descrita.

Utilizou-se uma planilha para registrar as ocorrências e garantir a consistência da codificaçãoⁱⁱ. Os dados codificados foram submetidos a uma análise quantitativa para identificar frequências, tendências e padrões estatísticos.

Foram analisadas: a frequência de manchetes com fontes oficiais no título, de manchetes com fontes individuais não indígenas e de manchetes com povos indígenas como fontes individuais. Esses dados foram sistematizados em gráfico, permitindo uma visualização das tendências narrativas e das vozes priorizadas no *corpus* analisado.

A interpretação qualitativa complementou os resultados quantitativos, explorando as implicações dos padrões narrativos e suas relações com as

vozes representadas (ou ausentes) nas manchetes. Tudo isso será detalhado no tópico seguinte deste artigo.

4. RESULTADOS E ANÁLISE

De acordo com Bardin (2011), a Análise de Conteúdo organiza os dados em categorias para identificar regularidades e inferir sentidos latentes. No *corpus* estudado, apenas quatro das 89 reportagens publicadas pelo G1 Tocantins sobre as enchentes, durante mais de um mês, citaram povos indígenas afetados na manchete, o que representa 4,4% do material publicado pelo site.

No material analisado, os indígenas aparecem como vítimas, sendo fontes individuais e não fontes oficiais, que levantaram algum dado sobre a enchente ou que poderiam contribuir com alguma solução ou crítica sobre o problema ambiental.

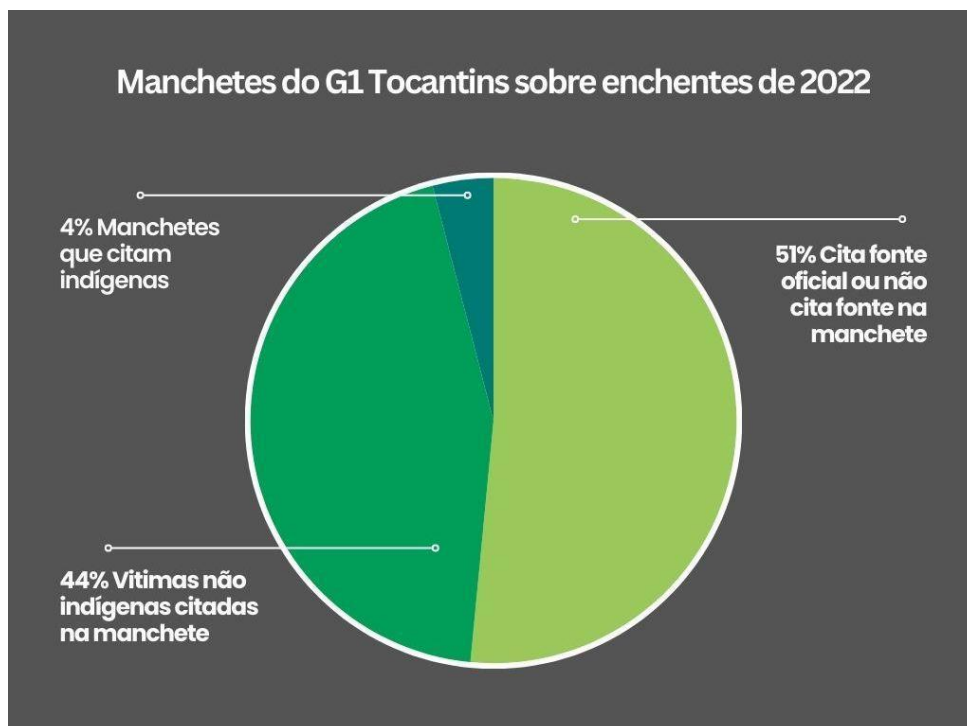
O enquadramento dos indígenas apenas como vítimas pontuais limita a compreensão da tragédia ambiental a um evento isolado, dissociado de processos históricos de marginalização territorial, cultural e política. Essa fragmentação narrativa impede a articulação entre a cobertura emergencial e a discussão de políticas públicas de longo prazo voltadas às comunidades originárias. Ao reduzir as falas a apelos de sobrevivência, o jornalismo deixa de contemplar dimensões mais amplas de resistência e de agência coletiva.

Nesse sentido, a análise das reportagens demonstra como a colonialidade ainda estrutura as práticas comunicacionais, relegando os povos indígenas

a uma posição de subalternidade discursiva, em contradição com a proposta de uma cobertura inclusiva e plural.

O gráfico abaixo demonstra o quanto é discrepante o volume de reportagens que dedicam os títulos a fontes oficiais ou não citam nenhuma fonte diretamente, vítimas não indígenas e povos indígenas ou originários.

Gráfico 1 - Quantidade de reportagens com indígenas na manchete.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Para realizar uma análise mais qualitativa, a pesquisa comparou quatro manchetes de cada uma das categorias: com fontes oficiais, com fontes individuais não-indígenas e fontes individuais com povos indígenas. A tabela mostra os quatro títulos com fontes indígenas existentes dentro do *corpus* e

seleciona, de maneira randômica, outros quatro títulos de cada uma das categorias para estabelecer uma comparação, conforme quadro abaixo:

Tabela 1 - Comparativo de manchetes do G1 com diferentes fontes citadas

Manchetes	Enquadramento	Palavras utilizadas
FOTOS: Indígenas abandonam aldeias e acampam em matagais com medo das enchentes no TO	Os títulos destacam suas vulnerabilidades específicas, como o abandono das aldeias, perda de plantações e os riscos ao início do ano letivo. Frases como <i>"acampam em matagais com medo das enchentes"</i> e <i>"não queremos sair daqui para a cidade"</i> mostram os indígenas como agentes que resistem à urbanização forçada, mas em uma situação de extrema precariedade.	Indígenas Aldeia Medo Risco Abandonam
TO tem 17 cidades com desabrigados ou desalojados por causa das chuvas; indígenas perdem plantações		
Aldeia é atingida por enchente e põe em risco o início do ano letivo para crianças indígenas		
'Não queremos sair daqui para a cidade', diz cacique ao ver aldeia alagada no interior do TO		
Vídeo mostra agricultora nadando para tentar colher milho em plantação alagada: 'Me sinto muito triste'	Os títulos que tratam de ribeirinhos e agricultores têm um tom emocional e prático, como em "leva sonhos e investimentos" ou "nadando para tentar colher milho". Esses títulos humanizam os indivíduos por meio de narrativas de perdas materiais e de esforço pessoal, evocando empatia.	Triste Levado Famílias Atingidas Sonhos
Corpo de homem que se afogou ao ser levado por correnteza é encontrado preso em galhadas em rio do TO		
FOTOS: Famílias e animais são transportados em barcos após casas serem atingidas por enchentes no TO		
Água das enchentes leva sonhos e investimentos de ribeirinhos: 'Tava tão bonito, agora perdeu tudo'		
Governo determina medidas emergenciais para atender cidades atingidas por cheia de rios	Os títulos podem sugerir que a solução do problema depende exclusivamente do governo, enquanto outras dimensões da tragédia, como as falhas pré-existentes na gestão ambiental e territorial, não são exploradas. A ausência de informações sobre populações específicas, como os indígenas, pode perpetuar sua invisibilização no debate público.	Determina Anuncia Identifica Registra Atender
Governo anuncia distribuição de sementes e calcário a produtores que tiveram plantações inundadas pelas enchentes		
Defesa Civil identifica casas com risco de desabamento em três bairros de Gurupi		
Estado registra 3.053 pessoas desabrigadas ou desalojadas pelas enchentes		

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

As vozes dos indígenas aparecem nas manchetes em citações diretas, como as palavras do cacique, que reforçam sua resistência e preocupação com a preservação de suas aldeias. No entanto, essas vozes são limitadas ao contexto da tragédia, sem destaque para o papel proativo ou reivindicativo dessas comunidades. O enquadramento sugere que as enchentes acentuam a marginalização histórica, mas os títulos tendem a reforçar um viés passivo e emergencial, sem explorar a resistência política ou cultural desses povos.

O foco nos impactos culturais, embora relevante, é tratado de forma fragmentada e sem conexão com políticas públicas de longo prazo. Exemplo disso é a reportagem *“Aldeia é atingida por enchente e põe em risco o início do ano letivo para crianças indígenas”*, na qual o cacique Wagner Krahô-Kanela afirma que “cerca de 40% da comunidade está alagada” e solicita apoio urgente com transporte: “Precisamos demais de um barco para dar apoio à nossa comunidade”.

Da mesma forma, na reportagem *“Indígenas abandonam aldeias e acampam em matagais com medo das enchentes no TO”*, o tom predominante é de desamparo, como no relato de Gildene Hirêki Xerente: “nove famílias que vivem no local saíram das casas e escolheram um ponto mais alto para se abrigar”. O texto acentua a vulnerabilidade física, mas não abre espaço para refletir sobre a dimensão coletiva da luta indígena diante da crise ambiental.

O tratamento nas manchetes e reportagens com fontes oficiais, ou que destacam fontes individuais não indígenas, enfatiza a perda econômica e emocional de agricultores e ribeirinhos, bem como as ações governamentais para mitigar os danos. Essa abordagem pode criar a impressão de que há mais suporte para essas populações.

Frisa-se, ainda, que nenhum dos títulos com fontes oficiais, entre os 89 selecionados pela pesquisa, menciona diretamente ações voltadas para os indígenas, mesmo que essas comunidades também sejam afetadas pelas

enchentes. As quatro manchetes destacadas acima são apenas uma síntese representativa da ausência de pronunciamento de fontes oficiais quanto à essa parcela da população específica. Essa ausência pode reforçar a percepção de que há um descompasso nas prioridades governamentais ou que o atendimento aos indígenas não é visto como uma demanda estratégica.

Palavras como “determina”, “anuncia” e “identifica” transmitem autoridade e ação imediata nos títulos com citação de fontes oficiais. Esse uso estratégico reforça a imagem de um governo proativo, mas não necessariamente reflete a complexidade da execução dessas medidas ou sua abrangência. Essa perspectiva ativa se contrapõe aos títulos que abordam as fontes individuais, sobretudo, indígenas, que, no geral, sofrem a ação, como em “indígenas perdem plantações”.

Enquanto as reportagens sobre ribeirinhos reforçam a dimensão econômica — “uma das moradoras tinha acabado de fazer um empréstimo de R\$ 17 mil para investir na propriedade quando o rio subiu e inundou tudo” —, as reportagens sobre indígenas reduzem suas falas ao sofrimento imediato e ao medo, sem associar a catástrofe à resistência histórica e às demandas políticas dessas comunidades. Esse é um fator que mostra o distanciamento das raízes, um alerta já feito por Krenak (2019, p.14):

Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos.

Esse pensamento reforça a urgência de um jornalismo que reconheça e valorize as memórias ancestrais como parte constitutiva das identidades coletivas, especialmente em um país marcado pela colonialidade e pela exclusão histórica de determinados grupos. Quando o noticiário ignora ou

silencia os vínculos culturais e espirituais de povos originários, reforça a lógica que fragmenta identidades e desestabiliza formas de pertencimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ausência de consulta aos indígenas como fontes oficiais e detentores de conhecimento revela o racismo estrutural no enquadramento das matérias jornalísticas e nas políticas públicas que abordam desastres naturais. Essa lacuna na cobertura reflete uma subvalorização histórica dos saberes indígenas e uma tendência a centralizar as soluções na visão técnico-científica e institucional, frequentemente dissociada do contexto cultural e ambiental desses povos.

Um *corpus* contendo 89 reportagens e apenas quatro mencionando indígenas revela um padrão de sub-representação desses povos. A abordagem de vitimização reduz os indígenas a uma narrativa unidimensional, que os posiciona como sujeitos passivos frente aos problemas apresentados, ignorando sua capacidade de agência e seus conhecimentos como atores sociais relevantes, sobretudo, quanto à causa ambiental. Isto demonstra que o enquadramento jornalístico adotado é fortemente influenciado por uma perspectiva capitalista hegemônica.

Esse cenário exemplifica o que Antônio Bispo dos Santos (2015) denomina epistemicídio, ou seja, a anulação sistemática dos saberes indígenas no espaço público e midiático. A ausência de indígenas como protagonistas e especialistas nas reportagens reflete uma prática discursiva ancorada em uma lógica colonial, que privilegia os saberes ocidentais e perpetua

desigualdades sociais. Para Santos (2015), essa invisibilidade é um ato de violência simbólica que restringe as possibilidades de transformação social.

Ailton Krenak (2019) também critica essa narrativa reducionista, argumentando que os povos indígenas são frequentemente representados como vítimas estáticas, em vez de agentes de mudança. Para ele, a mídia ocidental precisa desafiar essa lógica ao reconhecer os indígenas como portadores de soluções inovadoras e sustentáveis para problemas globais, como a crise ambiental. Essa visão contrasta diretamente, com a abordagem limitada do *corpus* analisado, que se restringe a mostrar os indígenas em situações de sofrimento ou exclusão, sem explorar sua capacidade de liderança e criatividade.

Célia Xakriabà (2023) nos convida a repensar os paradigmas tradicionais de produção de conhecimento, ampliando a noção de intelectualidade para incluir práticas corporais, espirituais e territoriais diversas. Essa perspectiva reflete a essência das epistemologias indígenas, em que o saber não se restringe a dados exatos, mas emerge das vivências integradas ao corpo, ao território e às práticas ancestrais. “A intelectualidade indígena não está apenas na elaboração do pensamento que acontece na cabeça. Está na elaboração do conhecimento produzido a partir das mãos, das práticas e de todo o corpo” (Xakriabà, 2023, p. 320).

Além disso, Fairclough (2008) afirma que o discurso desempenha um papel fundamental na formação de identidades sociais, nas relações entre indivíduos e na construção de sistemas de conhecimento e crenças. Ele não apenas reflete e sustenta a sociedade em sua forma atual, mas também possui o potencial de transformá-la, mantendo uma relação dialética com a estrutura social. Pensamento que reforça que a linguagem do jornalismo não é neutra, mas reflete relações de poder que moldam a percepção pública. No caso das reportagens do G1, a construção discursiva fortalece uma

hierarquia de vozes, na qual os indígenas não ocupam o lugar de especialistas ou interlocutores legítimos. Essa exclusão reproduz as dinâmicas de poder que colocam os indígenas em uma posição subalterna, no discurso midiático e, conseqüentemente, na sociedade.

Contra essas relações e discursos de poder, Glicéria Tupinambá (2023, p. 188) destaca que os povos indígenas têm epistemologias que oferecem novas formas de entender e lidar com os problemas contemporâneos:

Quando entramos na mata, ela nos diz boa-noite ou bom-dia. As árvores rangem, umas com as outras. Minha mãe sempre nos ensinou que quando vemos as árvores fazendo isso, elas estão falando com a gente, estão nos recebendo, então as cumprimentamos também. Algumas pessoas acham que podem entrar e sair de qualquer jeito, sem saber se são bem-vindas ali.

A exclusão desse conhecimento do debate público e midiático não apenas priva a sociedade de soluções inovadoras, mas também, perpetua uma visão distorcida da realidade brasileira. Dessa forma, a análise evidencia que, ao se limitar a uma representação que reforça a vitimização, o jornalismo negligencia seu papel de promover a pluralidade de vozes e a justiça social. Uma cobertura mais inclusiva e responsável deve buscar integrar os saberes indígenas e suas lideranças nos processos de construção narrativa, garantindo que sua diversidade cultural e epistemológica seja reconhecida e valorizada. Quando isto acontecer, estará refletido nas manchetes, chamadas, títulos e demais elementos de destaque da narrativa jornalística.

A condição colonial na comunicação negou humanidade aos povos não europeus e instaurou uma situação de exclusão. Por isso, a luta decolonial ocorre, sobretudo, no campo epistemológico, ao questionar restrições que transformaram a comunicação em mero instrumento de poder corporativo. Erick Torrico (2019), referência na luta pela decolonização da comunicação, aponta o campo epistemológico como instrumento para a desconstrução.

Nele, é possível discutir uma concepção dialógica e convivial, baseada na produção de conhecimento em relação recíproca com o outro.

Esse esforço não apenas corrigiria uma lacuna histórica, mas também, ampliaria a qualidade e a profundidade do debate público, alinhando o jornalismo a práticas mais democráticas e comprometidas com a transformação social.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.

Corpo de homem que se afogou ao ser levado por correnteza é encontrado preso em galhadas em rio do TO. **G1 Tocantins**, Palmas, 31 dez. 2021. Disponível em: <http://bit.ly/45P2rMI>. Acesso em: 21 dez. 2024.

DE JESUS, Jesana. **FOTOS: Indígenas abandonam aldeias e acampam em matagais com medo das enchentes no TO**. G1 Tocantins, Palmas, 28 dez. 2021. Disponível em: <http://bit.ly/3JyteW5>. Acesso em: 12 dez. 2024.

Defesa Civil identifica casas com risco de desabamento em três bairros de Gurupi. **G1 Tocantins**, Palmas, 11 jan. 2022. Disponível em: <http://bit.ly/4mVmNLd>. Acesso em: 2 jan. 2025.

ENTMAN, Robert M. **Framing: towards clarification of a fractured paradigm**. Journal of Communication, Oxford, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

Estado registra 3.053 pessoas desabrigadas ou desalojadas pelas enchentes. **G1 Tocantins**, Palmas, 19 jan. 2022. Disponível em: <http://bit.ly/4mvBq8d>. Acesso em: 2 jan. 2025.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

FERNANDES, Aurora; LOBASZ, João. **Água das enchentes leva sonhos e investimentos de ribeirinhos: 'Tava tão bonito, agora perdeu tudo'**. G1

Tocantins, Palmas, 13 jan. 2022. Disponível em: <http://bit.ly/45P2E2s>. Acesso em: 28 dez. 2024.

FERDINAND, Malcom. **Por uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: UBU, 2023.

FOTOS: Famílias e animais são transportados em barcos após casas serem atingidas por enchentes no TO. **G1 Tocantins**, Palmas, 2 jan. 2022. Disponível em: <http://bit.ly/3UFirMj>. Acesso em: 22 dez. 2024.

FURUKAWA, Yonny; DE JESUS, Jesana. **Aldeia é atingida por enchente e põe em risco o início do ano letivo para crianças indígenas**. G1 Tocantins, Palmas, 27 jan. 2022. Disponível em: <http://bit.ly/45M5JAn>. Acesso em: 12 dez. 2024.

GANS, Herbert J. **Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time**. Evanston: Northwestern University Press, 1980.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis: an essay on the organization of experience**. Boston: Northeastern University Press, 1986.

Governo anuncia distribuição de sementes e calcário a produtores que tiveram plantações inundadas pelas enchentes. **G1 Tocantins**, Palmas, 5 jan. 2022. Disponível em: <http://bit.ly/4g1f1gD>. Acesso em: 28 dez. 2024.

Governo determina medidas emergenciais para atender cidades atingidas por cheia de rios. **G1 Tocantins**, Palmas, 28 dez. 2021. Disponível em: <http://bit.ly/3JoilGz>. Acesso em: 28 dez. 2024.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: VEJA, 1999.

HALL, Stuart et al. **Policing the crisis: mugging, the state and law and order**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1978.

IKPENG, Oreme. “Aqueles que andam juntos”. In: **Terra: Antologia AfroIndígena**. São Paulo: Ubu Editora; Belo Horizonte: PISEAGRAMA, 2023.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAPERRIÈRE, Anne. Os critérios de cientificidade dos métodos qualitativos. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 410-435.

LIMA, V. Contribuições dos estudos decoloniais para pesquisa e prática do jornalismo. In: SARDINHA, A. et al. (org.). **Decolonialidade, Comunicação e Cultura**. Macapá: Editora Unifap, 2022.

MATTHES, Jörg; KOHRING, Matthias. The content analysis of media frames: toward improving reliability and validity. **Journal of Communication**, Oxford, v. 58, n. 2, p. 258-278, 2008.

MORAES, Dênis de. Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas. **Revista Eptic**, v. 9, n. 2, p. 1-22, maio/ago. 2007.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. **Jogando com as vozes do outro: argumentação na notícia jornalística**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da Mídia e Política. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 26., 2002, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Anpocs, 2002. p. 1-20.

QUEIROZ, Letícia; FERNANDES, Aurora. **TO tem 17 cidades com desabrigados ou desalojados por causa das chuvas; indígenas perdem plantações**. G1 Tocantins, Palmas, 15 jan. 2022. Disponível em: <http://bit.ly/3Jo4oZc>. Acesso em: 12 dez. 2024.

QUEIROZ, Letícia; REHBEIN, Ana. **Vídeo mostra agricultora nadando para tentar colher milho em plantação alagada: 'Me sinto muito triste'**. G1 Tocantins, Palmas, 28 dez. 2021. Disponível em: <http://bit.ly/45MuNqR>. Acesso em: 20 dez. 2024.

QUEIROZ, Letícia. **'Não queremos sair daqui para a cidade', diz cacique ao ver aldeia alagada no interior do TO**. G1 Tocantins, Palmas, 27 jan. 2022. Disponível em: <http://bit.ly/41hjqWH>. Acesso em: 12 dez. 2024.

SANTOS, Antônio. B. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: INCTI/UNB, 2015.

SCHEUFELE, Dietram A. Framing as a theory of media effects. **Journal of Communication**, Oxford, v. 49, n. 1, p. 103-122, 1999.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Classificação das fontes de notícias**. Booc, 2011. Disponível em: <http://bit.ly/4oR6nW2>. Acesso em: 22 mar. 2025.

TORRICO, E. Para uma Comunicação ex-cêntrica. **Matrizes**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 89-107, 2019.

TUCHMAN, Gaye. **Making News: A Study in the Construction of Reality**. New York: Free Press, 1978.

TUPINAMBÁ, Glicéria. O território sonha. *In: Terra: Antologia AfroIndígena*. São Paulo: Ubu Editora; Belo Horizonte: PISEAGRAMA, 2023.

XAKRIABÁ, Célia. Amansar o giz. *In: Terra: Antologia AfroIndígena*. São Paulo: Ubu Editora; Belo Horizonte: PISEAGRAMA, 2023.

SOBRE AS AUTORAS:**Vilma Oliveira do Nascimento**

Vinculação profissional: Coordenadora do g1 Tocantins

Titulação: Mestranda em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins, com pós-graduação em Comunicação Jurídica Estratégica pela Escola de Magistratura do Tocantins e bacharel em Comunicação Social - Hab. Jornalismo, pela Universidade Federal do Tocantins.

Grupos de pesquisa: Grupo de Pesquisa Aplicada em Jornalismo (PAJor).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-5769-8728>

E-mail: vilma.jornalismo@gmail.com

Coautora: Ingrid Pereira de Assis

Vinculação profissional: Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Titulação: Doutora em Jornalismo, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com doutorado sanduíche pela Universidade de Aveiro; mestra em Ciência Sociais e bacharel em Comunicação Social – Hab. Jornalismo, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Participação em Grupos de Pesquisa: coordenadora do Grupo de Pesquisa Aplicada em Jornalismo (PAJor)

Orcid.: <https://orcid.org/0000-0002-1568-0788>

E-mail: ingrid.assis@mail.uft.edu.br

Artigo recebido em: 26 maio 2025. | **Artigo aprovado em:** 30 jul. 2025.

ⁱ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11739289/>.

ⁱⁱ Disponível em: <https://bit.ly/41LFOqA>.